SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL 25

1. A RESPONSABILIDADE CIVIL NA SOCIEDADE DE RISCO 25
   - 1.1 Os riscos e o medo 25
   - 1.2 A resposta pelo olhar da responsabilidade civil 32

CAPÍTULO II

CONCEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DO FILOSÓFICO AO TECNOLÓGICO 37

1. O CONCEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL 37
2. 4 DIMENSÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA 40
   - 2.1 Introdução 40
   - 2.2 *Liability*: a renovação pela multifuncionalidade da responsabilidade civil 46
   - 2.3 *Responsibility*: o sentido moral da responsabilidade 50
   - 2.4 *Accountability*: vetor da atuação dos agentes de tratamento de dados pessoais 53
   - 2.5 *Answerability* 56
   - 2.6 Da elaboração doutrinária à positivação legislativa: a responsabilidade civil no Projeto de Lei n. 4/2025 61
   - 2.7 Conclusão 66

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL 69

1. UMA BREVE MENÇÃO AOS PRINCÍPIOS 69
2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 71
   - 2.1 A dupla acepção da dignidade 74
   - 2.2 A dimensão ontológica da dignidade (concepção kantiana) 76
   - 2.3 A dimensão comunicativa/relacional da dignidade (Hannah Arendt) 77
   - 2.4 A dimensão histórico-cultural da dignidade 78
   - 2.5 A dignidade e as dimensões da liberdade 80

3. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE 83
4. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO 87
5. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL 92
5.1 O sentido tradicional da reparação integral 92
5.2 Reparação integral e autonomia da resposta restitutória 97

CAPÍTULO IV

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 111

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS 111
2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 119
3. FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 126
4. FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 132

CAPÍTULO V

AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL 141

1. A MULTIFUNCIONALIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL 141
2. AS RESPOSTAS PECUNIÁRIAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL: COMPENSAR, PUNIR E RESTITUIR 142
3. A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA 151
3.1 A compensação de danos como epicentro da responsabilidade civil 151
3.2 Ressignificando a função compensatória da responsabilidade civil 154
3.3 Indenização e compensação 158
4. A FUNÇÃO PUNITIVA 159
4.1 Do monopólio compensatório à função punitiva 159
4.2 A etiologia dos *punitive damages* nos Estados Unidos e Inglaterra 163
4.2.1 Punitive damages nos EUA: as contradições teóricas 164
4.2.2 A singular trajetória dos punitive damages na Inglaterra: o "patinho feio" do *common law* 171
4.3 Os dilemas da função punitiva no direito brasileiro 177
5. A FUNÇÃO RESTITUTÓRIA 183
5.1 A multicausalidade do remédio restitutório 183
5.2 A restituição por ganhos ilícitos como um gênero 191
5.2.1 *Disgorgement* – a remoção dos lucros ilícitos 193
5.2.2 Restitutionary damages e negotiating damages: o valor razoável pelo uso inconsentido 200
5.3 Distinção estrutural e funcional entre remédios restitutórios e punitivos. 207
6. A FUNÇÃO PREVENTIVA: PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO 218
6.1 Panorama geral 218

6.2 As duas dimensões da função preventiva da responsabilidade civil 226
6.2.1 A função preventiva autônoma 227
6.2.2 A função preventiva acessória 230
6.3 A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea 231
6.4 Há uma responsabilidade civil sem dano ou independente de dano? 234
6.5 A indenização preventiva 238
6.5.1 Introdução 238
6.5.2 1. opção: A função preventiva da responsabilidade civil 239
6.5.3 2. opção: A função compensatória da responsabilidade civil 243
6.5.4 Em busca de uma terceira via 245
6.5.4.1 O enriquecimento injustificado 246
6.5.4.2 Nosso posicionamento: o direito autônomo ao reembolso das despesas preventivas 248
7. A DIMENSÃO PROMOCIONAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL 251

CAPÍTULO VI

MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE CIVIL 261

1. A CLÁSSICA DICOTOMIA – RESPONSABILIDADE NEGOCIAL E EXTRANEGOCIAL (OU SIMPLESMENTE "CIVIL") 261
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades 264
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial 266
1.3 O concurso de responsabilidades 273
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial 279
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato 283
1.4.2 A violação de deveres anexos 288
1.4.3 A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação 290
1.4.4 A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação 301
1.4.5 A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos 306
1.4.6 O terceiro ofendido e a relação obrigacional 307
1.4.7 O terceiro ofensor e a relação obrigacional 314
1.5 Conclusão: A violação dos deveres anexos remete à qual responsabilidade? 319
2. RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL 321
2.1 Introdução 321
2.2 Fundamentos da separação de responsabilidades 324
2.3 A confluência entre os ilícitos penal e civil 328
2.3.1 A culpa no direito civil e no direito penal 329
2.3.2 O dano 333
2.3.3 A tipicidade 334
2.4 A interseção entre a jurisdição civil e a criminal 336

2.4.1 Relativa independência de jurisdições 336
2.4.2 Repercussão civil da decisão penal condenatória 337
2.4.3 Repercussão civil da decisão penal absolutória 341
2.4.4 A Inovação Brasileira – O "Mínimo Indenizatório" 343
2.4.4.1 Antecedentes Históricos 343
2.4.4.2 Uma visão comparatista dos veículos compensatórios 346
2.5 Espanha – As obscurecidas fronteiras entre a responsabilidade civil e a criminal 347
2.6 França – A Parte Civil 348
2.7 Inglaterra – A completa separação 350
2.8 A Diretiva 2012/29/UE e sua reforma pela Diretiva (UE) 2026/1472 351
2.9 O modelo compensatório: entre os juízos cível e criminal 353
2.10 Critérios para a fixação do mínimo reparatório 358
2.11 A vítima como parte civil 364
2.12 A reparação no juízo criminal e o déficit de dados empíricos 372
2.13 A reforma projetada do Código de Processo Penal e a posição da vítima . 372
2.13.1 Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes? 374
2.14 Excludentes de ilicitude 377
2.15 Perspectivas contemporâneas das responsabilidades civil e penal 378
2.15.1 A migração da pena para o Direito Civil 378
2.15.2 A reparação de danos como terzo binario do Direito Penal..... 383

CAPÍTULO VII

PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA SUBJETIVA 391

1. INTRODUÇÃO 391
1.1 Acepções e âmbito da responsabilidade civil 391
1.2 Sistemas de responsabilidade civil 395
1.2.1 Noções gerais 395
1.2.2 Sistema da tipicidade dos fatos geradores de responsabilidade 397
1.2.3 Sistema da cláusula geral de responsabilidade 402
1.2.4 O sistema intermediário 404
1.2.5 Onde se situa o sistema brasileiro? 406
1.3 Pressupostos da responsabilidade civil 407
2. FATO VOLUNTÁRIO 409
2.1 Fato e Ação 409
2.2 O fato omissivo 410
3. ILÍCITO 415
3.1 A caracterização do ilícito como fato jurídico 416
3.2 A autonomia entre o ilícito civil e a responsabilidade civil 417
3.2.1 Espécies clássicas de ilícitos 419
3.2.2 A passagem da dicotomia ilícito absoluto/relativo à dicotomia ilícito patrimonial/extrapatrimonial 424

3.2.3 Ilícito típico (estrutural) e atípico (funcional) 430
3.3 O ilícito e a culpa: uma diferenciação necessária 432
3.4 Os elementos do ilícito 436
3.4.1 A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito 436
3.5 A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito 440
3.5.1 A nova responsabilidade civil dos curadores 446
3.5.2 A responsabilidade civil dos incapazes 456
3.6 O ato ilícito *stricto sensu* (cláusula geral de ilicitude culposa) 466
3.7 Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil? 469
3.8 Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito 471
3.9 O ilícito com eficácia restitutória (o ilícito lucrativo) 478
3.10 Excludentes de ilicitude civil (causas de justificação) 481
3.10.1 Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC) ... 485
3.10.1.1 Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo 487
3.10.1.2 Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo 488
3.10.2 Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930) ... 490
3.10.2.1 Pressupostos da legítima defesa 492
3.10.2.2 Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente 494
3.10.2.3 Legítima defesa de terceiro 495
3.10.2.4 Legítima defesa putativa 496
3.10.3 Exercício regular de um direito (art. 188, I) 497
3.10.4 Estrito cumprimento do dever legal 500
3.10.5 Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea 502
3.10.6 O consentimento do ofendido e a assunção do risco 504
3.11 Cláusulas de Limitação e Exclusão de Responsabilidade 509
3.11.1 Modalidades de cláusulas de limitação de responsabilidade 513
3.11.2 A cláusula de limitação de indenizar *stricto sensu* 516
3.11.3 A validade das cláusulas de exclusão de responsabilidade 519
3.11.4 A limitação de indenizar nas relações de consumo e contratos de adesão 524

4. A CULPA 528
4.1 A culpa e a responsabilidade civil 528
4.2 A evolução do significado de culpa civil 531
4.3 A culpa presumida e distribuição dinâmica do ônus da prova 539
4.4 A gradação da culpa 546
4.5 A ilicitude e a culpa 551
4.6 A culpa e a mitigação da indenização por equidade 554
4.7 O renascimento da culpa 564

5. O ABUSO DO DIREITO 572
5.1 Perspectivas de direito comparado 572
5.2 O abuso do direito como ato ilícito 575
5.3 Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito? 583
5.4 O abuso do direito como cláusula geral 590

5.5 O intuito de prejudicar é necessário? ... 591
5.6 As hipóteses legais de abuso de direito ... 593
5.6.1 Fim econômico ou social ... 593
5.6.2 Boa-fé ... 595
5.6.3 Bons costumes ... 597
5.7 A materialização do abuso do direito ... 599
5.7.1 O adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) ... 599
5.7.2 A proibição de comportamento contraditório (venire contra factum proprium) ... 603
5.7.3 A supressio (Verwirkung) e a surrectio (Erwirkung) ... 606
5.7.4 O *tu quoque* ... 610
5.7.5 O *duty to mitigate the loss* (o dever do credor de mitigar as próprias perdas) ... 613
6. O DANO ... 619
6.1 O dano como elemento nevrálgico da função compensatória da responsabilidade civil ... 619
6.2 O conceito de dano: do dano ao dano juridicamente relevante ... 624
6.3 A travessia do ato ilícito ao dano injusto ... 632
6.4 O dano e a técnica da ponderação de interesses ... 637
6.5 O dano patrimonial ... 644
6.5.1 Dano patrimonial em oposição ao dano material ... 647
6.5.2 As três espécies do dano patrimonial ... 649
6.5.2.1 Os danos emergentes ... 650
6.5.2.1.1 A reparação in natura do dano patrimonial ... 651
6.5.2.2 Os lucros cessantes ... 655
6.5.2.3 O dano econômico puro (ou dano puramente patrimonial) ... 662
6.5.2.4 A perda de uma chance ... 673
6.5.2.4.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem ... 677
6.5.2.4.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo ... 682
6.5.2.4.3 Perda de uma chance como nova categoria de dano ... 687
6.5.2.5 Interesse contratual negativo e positivo ... 691
6.5.2.5.1 Noções preliminares ... 691
6.5.2.5.2 O cenário da responsabilidade pré-contratual ... 693
6.5.2.5.3 O cenário da responsabilidade contratual ... 695
6.5.3 *Compensatio lucri cum damno* ... 705
6.5.4 Dano indireto, reflexo ou "por ricochete" ... 715
6.5.4.1 Noções gerais ... 715
6.5.4.2 Dano indireto e homicídio ... 718
6.5.4.3 Dano indireto e lesões corporais ... 720
6.5.4.4 Dano indireto e causalidade ... 722
6.5.4.5 Dano indireto e contrato ... 724
6.5.4.6 Dano certo ou incerto ... 727
6.5.4.7 Danos presentes e futuros ... 728
6.5.5 A mitigação de danos – irressarcibilidade do dano evitável ... 733

6.5.6 A legitimidade para exigir o dano patrimonial 741
6.5.6.1 A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação 741
6.5.6.2 Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar 742
6.5.6.3 Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais? 744
6.5.7 Lesão que cause incapacidade para o trabalho 746
6.5.8 O resgate e a restituição do lucro ilícito: critérios de quantificação 749
6.5.8.1 Perspectivas e fundamentos jurídicos 749
6.5.8.2 Critérios de quantificação 755
6.6 O dano moral (extrapatrimonial) 764
6.6.1 Introdução 764
6.6.2 O histórico do dano moral no Brasil: dos embates à aceitação 765
6.6.3 O dano moral na experiência europeia 771
6.6.4 Em busca de um conceito – o que é o dano moral? 774
6.6.4.1 É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento? 776
6.6.4.2 O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana? 778
6.6.4.3 Afinal, o que é o dano moral? 781
6.6.5 Dano moral – reparação ou ressarcimento? 789
6.6.6 Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica 793
6.6.7 O dano estético extrapatrimonial 797
6.6.7.1. Noções gerais 797
6.6.7.2 Fundamento constitucional 802
6.7 O dano à imagem extrapatrimonial 805
6.7.1 A tutela da imagem 805
6.7.2 A proteção jurídica da imagem 811
6.7.3 Relativização do direito à imagem: consentimento do titular e lugares públicos 812
6.7.4 A função social da imagem 817
6.7.5 A relativização do direito à imagem das pessoas públicas (celebridades) 820
6.7.5.1 O dano existencial 823
6.7.5.1.1 A base italiana 823
6.7.5.1.2 O dano existencial à brasileira 826
6.7.5.1.3 O dano ao projeto de vida e o dano à vida em relação como espécies de dano existencial 829
6.7.5.2 O estado da arte do dano moral 831
6.7.6 Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os "novos danos"? 833
6.7.6.1 Noções gerais 833
6.7.6.2 Os novos danos em três episódios 837
6.7.6.2.1 O dano-morte 838

Introdução 838
O dano post mortem 839
O dano ao morto enquanto vivo 840
O dano pré-morte 842
O núcleo do dano-morte 844
A quantificação do dano-morte 849
6.7.6.2.2 Dano pelo nascimento indesejado: wrongful actions 851
Wrongful conception e wrongful BIRth 852
Wrongful Life 857
6.7.6.2.3 Dano temporal 861
6.7.7 A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória 865
6.7.8 A desmonetização da reparação do dano moral 869
6.7.8.1 Direito de resposta e de retificação 871
6.7.8.2 Direito à retratação e publicação de sentença condenatória 877
6.7.8.3 O pedido de desculpas 879
6.7.8.4 A desmonetização no contexto amplo da responsabilidade civil 883
6.7.9 O dano moral por inadimplemento obrigacional 886
6.7.10 A titularidade do direito à reparação 891
6.7.10.1 Noções gerais 891
6.7.10.2 A pessoa natural como legitimado ativo 892
6.7.10.3 Os lesados diretos 892
6.7.10.3.1 Os lesados diretos desprovidos de discernimento 893
6.7.10.3.2 O nascituro como lesado direto 896
6.7.10.3.3 O concepturo como lesado direto 901
6.7.10.4 Os lesados indiretos – dano moral reflexo 902
6.7.10.5 O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados? 905
6.7.10.5.1 O dano moral reflexo quando há sobrevivência 915
6.7.10.6 A pessoa jurídica como legitimado ativo 917
6.7.10.6.1 A empresa e o dano moral 918
6.7.10.6.2 O dano institucional como uma terceira via 925
6.7.10.7 Os entes jurídicos despersonalizados 929
6.7.11 Dano moral (extrapatrimonial) coletivo 932
6.7.11.1 Introdução 932
6.7.11.2 O dano moral coletivo como pena civil 943
6.7.11.3 Dano moral coletivo como disgorgement 950
6.7.12 Dano social 957
6.8 A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção 962
6.8.1 A sanção punitiva e a compensação 966
6.8.2 A urgência da pena civil 968
6.8.3 As estremas da pena civil com o dano extrapatrimonial 971
6.8.4 Critérios de aplicação da pena civil 976
6.8.5 Óbices à incidência da pena civil 978
6.9 A valoração e a quantificação do dano moral 988

6.9.1 Noções gerais 988
6.9.2 O critério bifásico 990
6.9.3 O tarifamento do dano moral e a "técnica tabelar" 998
6.9.4 O tempo e o dano moral 1004
6.10 Repercussões materiais e processuais do dano extrapatrimonial 1006
6.10.1 Incide imposto de renda sobre danos extrapatrimoniais? 1006
6.10.2 Juros e atualização monetária 1007
6.10.3 Cabe pedido genérico de dano extrapatrimonial? 1012
6.10.4 Condenação em valor inferior ao pleiteado. Verbas de sucumbência 1016
6.10.5 Sentença ilíquida 1018
6.10.6 A prescrição da pretensão indenizatória 1019
6.10.6.1 Contagem dos prazos 1019
6.10.6.2 A repercussão do ilícito penal na contagem do prazo 1023
6.10.6.3 O termo inicial no fato do produto e do serviço 1028
6.10.6.4 A expansão do viés subjetivo da teoria da actio nata 1029
6.10.7 Pretensões reparatórias não sujeitas a prazos 1032
6.10.7.1 A prescrição da reparação pelo dano extrapatrimonial 1033
6.10.7.2 A imprescritibilidade civil do crime de tortura 1036
6.10.7.3 A imprescritibilidade civil na improbidade administrativa 1038
6.10.7.4 A imprescritibilidade e o dano ambiental 1042
6.10.8 O objeto das pretensões reparatórias 1045
6.10.8.1 A prescrição no âmbito negocial 1046
6.10.8.2 A prescrição e o concurso de responsabilidades 1050
6.10.9 A prescrição e o diálogo de fontes 1054
6.10.9.1 A demarcação entre o CC e o CDC 1055
6.10.9.2 A demarcação entre o CC e a Lei n. 9.494/97 1061

7. O NEXO CAUSAL 1064
7.1 Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil 1064
7.2 Uma visão comparatista do nexo causal 1069
7.3 Teorias do nexo causal 1074
7.3.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais (conditio sine qua non) 1075
7.3.2 Teoria da causalidade adequada 1080
7.3.3 Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade 1084
7.3.4 Teoria do escopo (ou fim) de proteção da norma 1089
7.3.5 O câmbio da causalidade pela imputação objetiva 1093
7.3.6 A caminho de uma causalidade jurídica 1095
7.4 *Hard Cases* na Causalidade 1099
7.4.1 Multicausalidade (concausalidade) 1099
7.4.1.1 Multicausalidade real 1101
7.4.1.2 Causalidade virtual (multicausalidade aparente) 1109
7.4.2 Dano indireto 1114
7.4.3 Perda de uma chance 1118

7.5 A ruptura (interrupção) do nexo causal 1121
7.5.1 Força maior – o fortuito, interno e externo 1123
7.5.2 O fato exclusivo da vítima 1135
7.5.3 O fato concorrente e a redução de danos 1138
7.5.4 O fato de terceiro 1142
8. O NEXO DE IMPUTAÇÃO 1149

CAPÍTULO VIII

PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA OBJETIVA 1159

1. CONTEXTO HISTÓRICO E COMPARATISTA 1159
1.1 As bases da teoria subjetiva 1159
1.2 O alvorecer da teoria objetiva 1161
1.3 As primeiras linhas da teoria objetiva 1164
1.4 A responsabilidade objetiva no direito europeu 1167
2. O SUBSTRATO LEGITIMADOR DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA 1174
2.1 A multiplicação dos nexos de imputação na obrigação objetiva de indenizar 1174
2.2 A Solidariedade como fundamento legitimador da imputação objetiva de danos 1178
2.3 A absorção da ilicitude na responsabilidade objetiva 1181
2.4 A presunção de causalidade na responsabilidade objetiva 1183
2.5 O resgate da culpa na responsabilidade objetiva 1189
3. EM BUSCA DE PRECISÃO TERMINOLÓGICA 1192
3.1 A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida? 1192
3.2 A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa, ou por ato lícito? 1194
3.3 Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar? 1197
3.4 Responsabilidade objetiva pura e a impura 1200
4. TEORIAS DO RISCO NO DIREITO BRASILEIRO 1203
4.1 Noções gerais 1203
4.2 Fase anterior ao Código Civil de 2002 1207
4.3 A teoria do risco no parágrafo único do art. 927 do CC/2002 1212
4.3.1 A radiografia da Cláusula Geral do risco da atividade 1212
4.3.2 A opção legislativa: risco proveito ou risco criado? 1222
4.3.3 O risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade 1229
4.4 O risco de empresa ou profissional: o art. 931 do Código Civil 1237
4.5 O risco e os profissionais liberais 1243
4.6 Código de Defesa do Consumidor – Incide a teoria do risco? 1249
4.7 Risco do desenvolvimento 1255
4.8 Risco integral e risco agravado 1260

5. NOVOS DESENVOLVIMENTOS DA TEORIA DO RISCO 1269
5.1 Do risco ao alto risco da atividade 1269
5.2 Riscos desconhecidos – *causa ignota* 1272
5.3 Risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar 1276
5.4 Repartição de riscos – o risco concorrente 1283

CAPÍTULO IX

A SECURITIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL 1291

1. RESPONSABILIDADE: DO INDIVIDUAL AO SOCIAL 1291
2. O CONTRATO DE SEGURO 1295
2.1 Notas introdutórias e a evolução dos seguros 1295
2.2 O seguro de dano 1296
2.3 Escopo, vigência e o teto indenizatório 1298
2.4 O seguro de responsabilidade civil 1308
2.4.1 Conceito, significado e funções 1308
2.4.2 O seguro de responsabilidade a partir do art. 98 do Marco Legal dos Seguros 1312
2.4.3 Temas atinentes ao contrato de seguro de responsabilidade 1315
3. SEGUROS OBRIGATÓRIOS E OUTROS MECANISMOS DE SOCIALIZAÇÃO DOS RISCOS 1323
3.1 Do DPVAT à não implementação do SPVAT 1325
3.2 O seguro obrigatório e as tecnologias digitais emergentes 1326
3.3 O acidente de trabalho 1330

REFERÊNCIAS 1339